

# **POR UMA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO VETOR PRODUTIVO DE GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Moema Hofstaetter<sup>1</sup>  
Francisco Fransualdo de Azevedo<sup>2</sup>

## **Resumo**

O artigo problematiza a nova dinâmica espacial em curso no Nordeste do Brasil, em particular no Rio Grande do Norte, a partir da implantação de parques eólicos, que se apresenta como alternativa à crise energética, mas que carrega importantes contradições. Esta nova dinâmica, nos moldes que se reproduz, marcada pela estrangeirização do território é um fator de desagregação, de desorganização e de privatização dos bens coletivos. A análise se pauta numa revisão da literatura e pesquisa de campo em municípios representativos do Rio Grande do Norte onde a produção de eletricidade com base na fonte eólica é expressiva. Portanto, pode-se afirmar que a lógica estabelecida por este vetor desconsidera as diversas formas de organização popular, a cultura, os costumes, valores e hábitos locais, assim como os impactos ambientais decorrentes da sua implantação; é importante, sobretudo o crescimento econômico, ignorando iniciativas coletivas, as quais despontam como experiências exitosas rumo a uma transição energética solidária e popular. Destarte, defendemos que a produção, distribuição, comercialização e consumo de eletricidade com base na fonte eólica, seguindo os princípios e valores das economias sociais e solidárias se constituem de fato num modelo alternativo ao que está em curso no Brasil, de modo particular no estado do Rio Grande do Norte.

**Palavras-Chave:** Energia eólica, economia solidária e popular, Rio Grande do Norte

## **POR UNA ECONOMÍA POPULAR Y SOLIDARIA EN EL VECTOR PRODUCTIVO DE LA GENERACIÓN EÓLICA EN RIO GRANDE DO NORTE**

## **Resumen**

El artículo problematiza las nuevas dinámicas espaciales en curso en el noreste de Brasil, particularmente en Rio Grande do Norte, basadas en la implementación de parques eólicos, que se presentan como una alternativa a la crisis energética, pero que conlleva importantes contradicciones. Esta nueva dinámica, en los moldes que reproduce, marcada por la extranjerización del territorio, es un factor de desagregación, desorganización y privatización de los bienes colectivos. El análisis se basa en una revisión de la literatura y una investigación

<sup>1</sup> Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e-mail: moema.natal@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (MG); Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Turismo (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ffazevedo@gmail.com

de campo em municípios representativos de Rio Grande do Norte donde la producción de electricidad basada en energía eólica es expresiva. Por tanto, se puede decir que la lógica que establece este vector ignora las diversas formas de organización popular, cultura, costumbres, valores y hábitos locales, así como los impactos ambientales derivados de su implementación; es importante, sobre todo, el crecimiento económico, ignorando las iniciativas colectivas, que emergen como experiencias exitosas hacia una transición energética solidaria y popular. Así, defendemos que la producción, distribución, comercialización y consumo de energía eléctrica a partir de energía eólica, siguiendo los principios y valores de las economías sociales y solidarias, constituyen de hecho un modelo alternativo a lo que se está llevando a cabo en Brasil, particularmente en el estado Rio Grande do Norte.

**Palabra clave:** Energía eólica, economía solidaria y popular, Rio Grande do Norte

## FOR A POPULAR AND SOLIDARY ECONOMY IN THE PRODUCTIVE VECTOR OF WIND POWER GENERATION IN RIO GRANDE DO NORTE

### Abstract

The article problematizes the new spatial dynamics underway in Northeast Brazil, particularly in Rio Grande do Norte, based on the significant implementation of electricity generation projects based on wind power, which are presented as an alternative to the energy crisis, but which carries important contradictions. This new dynamic, in the molds it reproduces, marked by the foreignization of the territory is a factor of disaggregation, disorganization and privatization of collective assets. The analysis is based on a literature review and field research in representative municipalities of Rio Grande do Norte where the production of electricity based on wind power is expressive. Therefore, it can be said that the logic established by this vector disregards the various forms of popular organization, culture, customs, values and local habits, as well as the environmental impacts resulting from its implementation; it is important, above all, economic growth, ignoring collective initiatives, which emerge as successful experiences towards a solidary and popular energy transition. Thus, we defend that the production, distribution, commercialization and consumption of electricity based on wind power, following the principles and values of social and solidarity economies constitute in fact an alternative model to what is underway in Brazil, particularly in the state from Rio Grande do Norte.

**Keywords:** Wind energy, solidarity and popular economy, Rio Grande do Norte

### INTRODUÇÃO

O capitalismo tem passado por uma profunda reestruturação, ainda inacabada, porém suficiente para provocar o surgimento de novas realidades. Essa reestruturação distingue-se por algumas características, como (i) o fortalecimento do capital frente ao Estado, manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; (ii) a erosão do

Estado-Nação; (iii) a concorrência econômica global acompanhada da descentralização das empresas, com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; (iv) a formação de blocos econômicos e (v) o papel e lugar da política que sofre um processo de fragilização, entre outros (SANSON, 2009, ; CHESNAIS, 1996).

O mundo está experimentando não somente uma crise conjuntural, mas também estrutural. Vive-se hoje sob a pressão de várias crises: econômica, ecológica, alimentar e energética, que certamente são manifestações de uma tensão maior, ou seja, a crise do modelo de desenvolvimento. E, por certo, os países em desenvolvimento são ainda mais afetados, em função da fragilidade das suas estruturas política, econômica, social e ambiental. Embora globalmente agudiza-se a violência estrutural associado à tirania do dinheiro e da informação, ao despotismo do consumo e à mutilação da cidadania, configurando-se ainda uma pobreza estrutural sem precedentes (SANTOS, 2001).

No Brasil, observa-se este movimento a partir da segunda metade do século XX, aprofundado no regime militar e governos seguintes. O meio ambiente que já estava em crise no final dos anos de 1980, deteriora-se rapidamente a partir dos anos 1990 e, mais ainda, a partir do Plano Real e da abertura econômica, com a criação do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio. O ambiente, naquele momento, desprotegia a produção interna, desfavorecendo os agricultores familiares e a pequena produção. Além desta realidade macroeconômica, inicia-se o desmantelamento das políticas públicas, tanto da agricultura familiar, quanto as políticas de desenvolvimento tecnológico e assistência técnica. Exceção para o período dos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), quando o Estado exerceu um forte papel de indutor do crescimento econômico, mas também atuou no âmbito social, com a implantação e fortalecimento de políticas públicas em várias dimensões (redistribuição de renda, habitação, saúde, educação, etc.). Segundo Azevedo (2016), esse período de redemocratização política “desencadeou avanços significativos no processo de construção da cidadania, por conseguinte na efetivação e ampliação de direitos sociais, civis e políticos” (p. 2).

Esse período da redemocratização tem um retrocesso a partir do golpe institucional instaurado em 2016 e da gestão de Michel Temer (2016-2018). A situação agrava-se com o pleito eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro em 2018, agravando-se cada vez a partir de 2019, com significativos retrocessos no âmbito das políticas públicas (econômicas, sociais, culturais, ambientais, etc.).

Com a eleição de Jair Bolsonaro abre-se outro período, radicalmente novo, difícil e desafiador, sob a hegemonia neoliberal, tanto na economia quanto na política e, ultraconservadora nos costumes e práticas de modo geral. A nova lógica busca combater os avanços rumo a uma cidadania inclusiva e organizada, contrapondo-a a uma lógica excludente de elites meritórias. A nova (velha e atrasada) elite no poder objetiva fazer retroceder os direitos conquistados, anulando direitos adquiridos (HOFSTAETTER, 2021).

Conforme afirmado por Hofstaetter (2021), esse é o resultado da articulação que conjugou dimensões de ruptura jurídica com a Constituição de 1988, com a ocupação do Estado por forças ultraliberais, com o protagonismo de forças conservadoras e fundamentalistas da sociedade.

São inúmeros os desafios colocados para conduzir a economia neste contexto, bem como para redesenhar as políticas públicas com vistas ao desenvolvimento local/territorial.

O objetivo deste texto é apresentar alguns avanços conseguidos e construídos no Brasil rumo a uma cidadania inclusiva e organizada, a partir do associativismo e da economia popular solidária, na contramão desta reestruturação do capitalismo, com ênfase no mundo rural, e problematizar uma nova dinâmica que se apresenta como alternativa à crise energética, porém carregada de contradições.

Particularmente, abordaremos a atividade da geração de energia renovável, a partir da construção dos parques eólicos, no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, afirmando que, a forma como a mesma tem chegado nos territórios, contribui para desarticular grupos organizados, sendo mais um vetor produtivo a serviço do capital, nesse caso com forte influência e presença de agentes hegemônicos da economia capitalista mundializada.

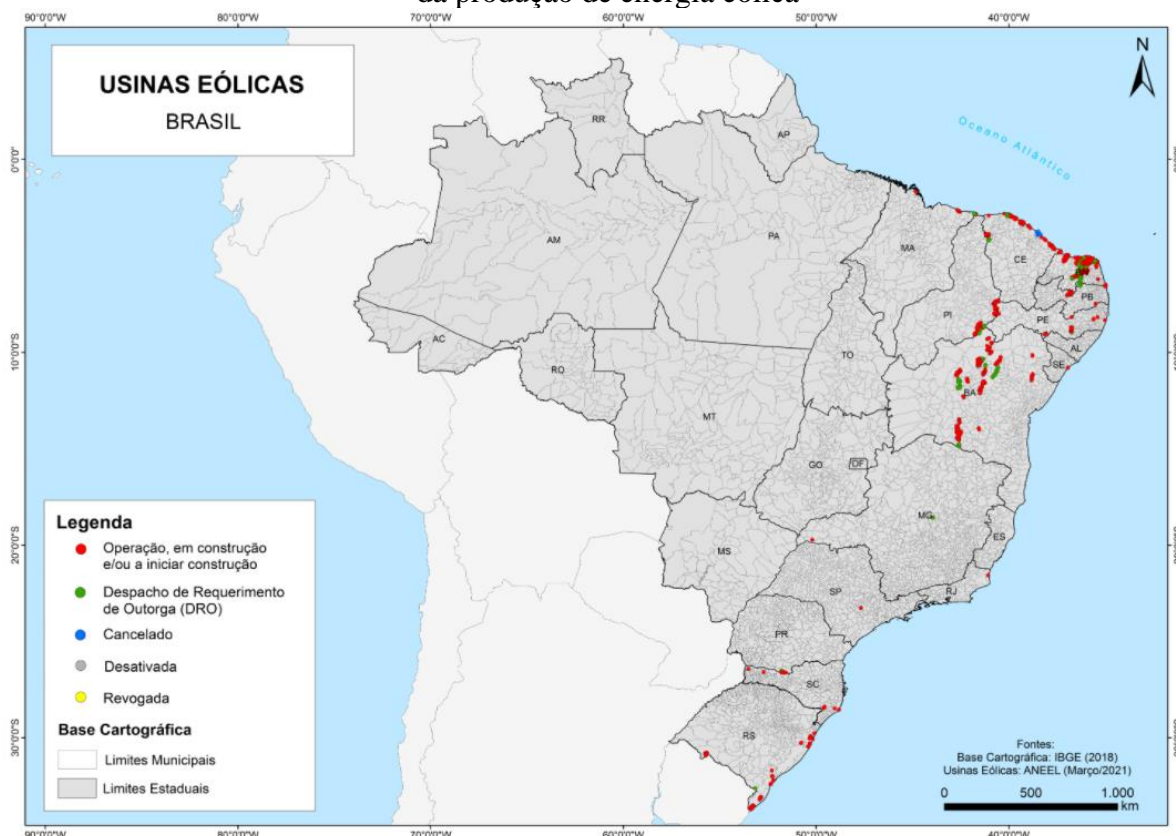
## **O VETOR PRODUTIVO DE GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO**

Face ao exposto depreende que o vetor produtivo de geração de energia eólica constitui um conjunto de racionalidades vinculadas à hegemonia do mercado, sobretudo pela relevância da questão energética na contemporaneidade. Essa discussão é pertinente porque, por um lado dialoga com a crise ecológica e, por outro, constitui-se a partir de territórios ocupados por comunidades com sua dinâmica organizativa, produtiva e de tradições, que lhe são próprias.

Interessa-nos aqui, sobretudo, explorar as contradições desse ‘novo modelo’ de desenvolvimento.

Segundo Hofstaetter (2016), a instalação difundida desses empreendimentos de produção de energia eólica estabelece novas formas de relações sociais, de uso e ocupação do espaço, impondo processos novos de interação, mas também de potencial conflito e tensão entre os diversos atores sociais envolvidos nesta nova dinâmica de produção energética, a qual se faz notar em várias porções do território nacional com maior expressividade na região Nordeste (Figura 1).

**Figura 1.** Localização da Capacidade Instalada no Brasil, da produção de energia eólica



Fonte: HOFSTAETTER, 2021 com base em dados da Aneel (Capacidade Instalada, 25/03/2021).

Observa-se que o Nordeste concentra a maior parte dos parques eólicos (e capacidade instalada) no Brasil. Com maior destaque para os estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, embora essa realidade é mutável frequentemente. É expressiva a presença de multinacionais no território nacional reforçando aquilo que chamamos de estrangeirização do território a partir do vetor produtivo de geração, distribuição e comercialização de eletricidade com base na fonte eólica.

Entre os atores sociais que convivem nas áreas dos parques eólicos destacam-se os seguintes: (i) as populações nativas e/ou tradicionais que comportam pescadores, posseiros,

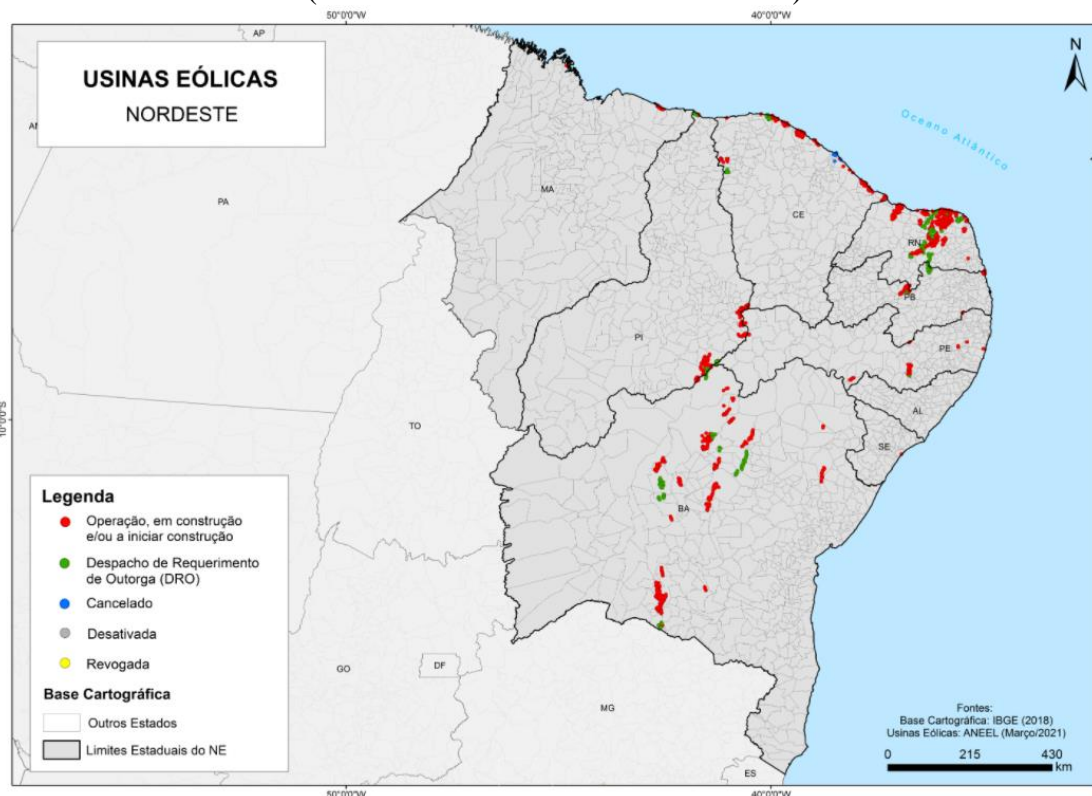
agricultores, assentados, quilombolas; (ii) os turistas; (iii) as instituições estatais diretas e indiretas que operam no território, e aqui damos ênfase às instituições que desenvolvem o turismo nos estados e (iv) as corporações do capital estatal, privado nacional e transnacional, tanto as que financiam o turismo, como as responsáveis diretas pela implantação dos parques eólicos.

Geralmente, os parques eólicos chegam ao Nordeste instalando-se em pequenos e médios municípios (Figura 2), com sua economia baseada na agricultura familiar e de subsistência. Considerando a história da colonização e do coronelismo da região, onde a maior parte da população vive da economia informal e com baixa renda, observa-se que, com estes vetores produtivos, é chegado o dinheiro globalizado ou, ao menos, o discurso da globalização do dinheiro, na verdade intrínseco à mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). A técnica da informação liga todas as áreas e produz um mundo no qual o dinheiro aparece como o “elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história” (SANTOS, 2006, p.17). O dinheiro chega com as empresas e modifica a atividade produtiva em regiões de agricultura familiar, impactando diretamente na vida das pessoas. O pouco dinheiro para as empresas é muito para as famílias, em geral, famílias empobrecidas do Nordeste, que vivem da agricultura familiar e de subsistência (HOFSTAETTER, 2016).

A partir desta nova realidade, o conteúdo espacial do território nordestino mudou. A ditadura do dinheiro (presença de empresas globais no território) dificulta a regulação interna do território em questão. É um fator de desorganização, de desagregação (SANTOS, 2006).

Já está documentado que esta nova dinâmica regional traz consigo o aumento do uso de entorpecentes, o aumento da exploração sexual, são deixados os “filhos dos ventos” (consequências da dinâmica de fora para dentro e da deserção), a perda da condição de segurados especiais na previdência dos arrendatários agricultores familiares, a ampliação do desmatamento, fomenta a fuga de espécies nativas, leva destruição de parques dunares e ao soterramento de lagoas, aos efeitos negativos sobre a saúde humana e, aos poucos, à privatização das terras dos agricultores (HOFSTAETTER, 2016).

**Figura 2.** Capacidade Instalada – Estados do Nordeste  
(total de usinas eólicas e fotovoltaicas)



Fonte: HOFSTAETTER, 2021 com base em dados da Aneel (Capacidade Instalada, 25/03/2021).

Assim como os recursos dos *royalties* do petróleo, por exemplo, têm resultados limitados, pois a contrapartida deixa a desejar na melhoria dos índices de desenvolvimento humano das comunidades (BRANDÃO, 2017), os recursos arrecadados a partir da indústria eólica também são muito limitados. No caso do vetor eólico, o pagamento pelo arrendamento da terra é um recurso importante para as famílias que vivem da subsistência, mas é facilitador da descaracterização das atividades relacionadas ao uso do solo e da sua cultura. E assim como os resultados limitados dos *royalties* do petróleo, os impostos arrecadados provenientes dos parques eólicos também são limitados, uma vez que não há gerência sobre estes, pelo conjunto das partes interessadas no desenvolvimento regional (HOFSTAETTER, 2016).

Ou seja, os benefícios são globais (energia sustentável, acumulação de capital numa economia mundializada), mas os prejuízos são locais (impactos sociais e ambientais). Dessa forma, observa-se que apenas as migalhas restam às comunidades locais, como um novo telhado no posto de saúde, um novo equipamento especializado, construção de uma estrada, a promessa de reformas nas escolas locais, nos prédios das associações, entre outros, que quase nunca se

realizam. Nenhum resquício de desenvolvimento para as comunidades (HOFSTAETTER, 2016).

E de acordo com informações da pesquisa de campo realizada em 2019, as associações de agricultores, de um modo geral, e especificamente aquelas que são vinculadas à economia solidária, foram surpreendidas com mais uma dinâmica que afeta a organização dos grupos e das associações. A maior parte dos parques eólicos do Rio Grande do Norte, através de agentes intermediários (atravessadores), está operando um processo de cooptação para o arrendamento das terras das associações oriundas do crédito fundiário e dos assentamentos de reforma agrária. Estas terras estão na porção leste do litoral do estado, e são beneficiadas com muitos ventos, favoráveis à produção de energia eólica. Os atravessadores chegam às associações e apresentam as vantagens que a associação terá com o arrendamento das terras. As vantagens resumem-se a uma quantia mensal de dinheiro que não garantem autonomia financeira aos agricultores e suas respectivas famílias.

Observa-se que, após denúncias, debates, estudos, assessorias, muitas das associações de agricultores familiares debatem e decidem que não irão arrendar as terras quando procuradas pela empresa eólica (no caso, pelos atravessadores que têm essa função). Algumas associações não conseguiram definir uma posição unificada (muitas das famílias acham o recurso do arrendamento considerável e importante). Especialmente nestas associações é que os atravessadores exercem o papel de desarticuladores de todo um processo de formação e construção coletiva, fragilizando as associações. Quando eles percebem que algumas famílias estão tendendo a querer o recurso, mesmo que a maioria já tenha decidido pelo não arrendamento, eles marcam uma visita com estas famílias (as que divergem da decisão coletiva), para acertar o contrato com elas, independente do voto da maioria. Desta forma predatória, típica dos agentes do capitalismo, instaura-se um grande conflito dentro das associações, inviabilizando a solidariedade, o trabalho conjunto, entre outros.

Esta velha estratégia é um dos novos conteúdos políticos atuantes no território nordestino, que enfraquece e desarticula a organização econômica popular solidária do conjunto dos agricultores, que tanto luta para alcançar a sua autônoma e libertação. Observa-se mais uma vez que a ação das empresas e dos seus representantes (os atravessadores) estão articulados e privilegiam a tomada de decisões do poder público e dos grandes empresários e fazendeiros locais (HOFSTAETTER, 2016). E aqui lembramos que os governantes, em muitas situações



“representam o empreendedor e esses ricos que aliam riqueza e poder, em prol de suas decisões” (SILVA, 2017, p.113).

A lógica proposta desconsidera as organizações da população local, sua cultura, seus hábitos, bem como os possíveis impactos socioambientais da atividade econômica, apenas levando em conta o crescimento econômico regional.

### **UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E DO MOVIMENTO CONTRA-RACIONAL**

O sistema capitalista, a partir da segunda metade da década de 1970, adquiriu novos contornos e uma nova configuração nos padrões de acumulação e no mundo do trabalho. Se a Revolução Industrial possibilitou uma significativa mudança nos mecanismos de produção, com a reestruturação do capitalismo, a partir da década de 1970, reconfigura-se a organização do trabalho e se alteram os mecanismos de acumulação.

No Brasil, os efeitos dessa reconfiguração, mesmo que tardios, a partir de meados dos anos 1980, são sentidos com forte impacto pelo conjunto dos trabalhadores, enfim, da classe operária, através do fechamento de fábricas em vários setores da economia, da queda da participação industrial no produto nacional, da elevação dos índices de desemprego, do aumento da precarização do trabalho, das pressões para desregulamentação do mercado de trabalho, do enfraquecimento do sindicalismo, entre outros. Tais fatores, por outro lado, abriram espaços para o debate em diversos grupos da sociedade civil organizada (incluindo movimentos sociais e sindicais urbanos e rurais), bem como de gestores públicos para se repensar estratégias que elevassem a capacidade de geração de postos de trabalho (IPEA, 2016).

Uma parcela destes grupos da sociedade civil organizou-se, a partir das comunidades rurais, numa diversidade de formatos, tais como os centros comunitários, os grupos de igreja, as pastorais sociais, os clubes de futebol, os clubes de mães, os grupos de jovens, os grupos de idosos, associações, conselhos comunitários, entre outros. Talvez de forma menos visível, mas fundamental, para a manutenção e preservação da soberania do País, nas comunidades rurais organizaram-se redes comunitárias de gestão de recursos naturais (água, solos, sementes), de preservação das formas de manifestação cultural e de preservação e reprodução de um saber histórico, de gerações, que persistem até os dias de hoje.

É importante trazer presente que as formas associativas de trabalho e de organização da produção no campo, são bem antigas. Os povos primitivos das Américas, já se organizavam de forma associativa. Os Astecas, os Incas, os indígenas, até onde se conhece através de estudos

históricos e antropológicos, desconheciam a propriedade privada, e organizavam a sua produção, o seu trabalho e a sua vida de forma associativa (SILVEIRA, 1992).

No Brasil, é comum ouvirmos histórias das pessoas mais antigas relatando práticas de ajuda mútua, como mutirões, troca de serviços, muitas persistindo até os dias de hoje, principalmente em cidades menores e de predominância rural.

Ao longo das últimas décadas do século XX, o associativismo rural fortalece-se, assim como novas práticas de cooperativismo. Em todas as regiões, vemos o crescimento das associações de agricultores familiares. Entende-se por associação de agricultores familiares, as entidades que agrupam um certo número de agricultores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver seus problemas coletivos através de práticas solidárias. Esses problemas podem ser de ordem econômica, política e social (SILVEIRA, 1992).

É fundamental trazer presente, que no Brasil, tivemos alguns movimentos históricos importantes na multiplicação das associações no campo (SILVEIRA, 1992). O primeiro registro ocorre no Nordeste, na luta dos agricultores contra os grandes proprietários de terra. Podemos citar as Ligas Camponesas, a partir de 1945, com o fim da ditadura de Vargas, com destaque para as Ligas da Galiléia (PE), e de Sapé (PB). As ligas organizavam-se em forma de associações e uniam foreiros<sup>3</sup>, meeiros<sup>4</sup>, arrendatários<sup>5</sup>, pequenos proprietários, que produziam uma cultura de subsistência e comercializavam o excedente. O mais significativo, porém, é que introduziram, na agenda brasileira, a reivindicação pelo acesso à terra, consolidando a luta pela Reforma Agrária.

Em 1964, com a instauração do golpe militar, eliminaram-se as organizações, mas, as suas reivindicações básicas, não foram desarticuladas. Foram incorporadas pelos sindicatos rurais no período de 1965 a 1983 e, posteriormente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No Rio Grande do Norte (RN), o bispo Dom Eugênio Sales, no contexto do Concílio Vaticano II, promovido pelo Papa Joao XXIII, e com receio do comunismo, cria, a partir dos anos 1960, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Movimento de Educação pela Base (MEB). Ambos serão decisivos na criação de sindicatos. A Igreja Católica, no Brasil, exerceu sua influência sobre o movimento operário e camponês, a partir da formação de Círculos

<sup>3</sup> Não é dono da terra, mas adquire direitos sobre a terra através de um contrato.

<sup>4</sup> Agricultor que trabalha na terra que pertence a outra pessoa, dividindo os rendimentos com o dono das terras.

<sup>5</sup> Agricultor que arrenda (aluga) a terra, sinônimo de inquilino.

Operários, da Ação Católica Operária (ACO), da Juventude Operária Católica (JOC), e da Juventude Agrária Católica (JAC).

Nas próximas décadas, no Brasil, a luta pela terra ganha corpo e, a partir de 1980, com o nascimento e a organização de diversos movimentos sociais, o Brasil passa a ser um terreno fértil para o aparecimento de associações diversas de agricultores. Foram aprendizados coletivos, no processo de luta pela terra, no processo de reconhecimento como categorias, como trabalhadores do campo, como produtores de alimentos.

São múltiplos os atores e grupos que resistem e propõem alternativas para um projeto de desenvolvimento social e econômico, baseado em princípios democráticos, sustentáveis e solidários.

Constrói-se, a partir da década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), surgem a maioria das Organizações não governamentais (ONGs), centenas do campo democrático popular, a Cáritas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), as Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), a Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), as Incubadoras de tecnologia de cooperativas populares (ITCPs), a União e Solidariedade das cooperativas e empreendimentos de economia solidária no Brasil (UNISUL), a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), para citar apenas algumas das iniciativas e experiências políticas inovadoras.

A partir desta década, mas principalmente a partir de 1990, articulam-se grandes fóruns, espaços de debate e agendas comuns. Apenas para exemplificar, as edições do Fórum Social Mundial e, agora, a partir de 2019, a proposição da Economia de Francisco<sup>6</sup>, convocada pelo Papa, que poderia ser chamada de Economia de Clara e Francisco, incluindo o feminino, como proposto pelo Brasil na Carta de Clara e Francisco para o Encontro Mundial em Assis, com o objetivo de uma mudança de paradigma na economia global.

A proposta pressupõe “uma transição radical nos modos e nas formas de produção” (CARTA DE CLARA E FRANCISCO, 2020, p. 1), a partir da acolhida, do cuidado e do afeto.

---

<sup>6</sup>O Papa propõe um “pacto” para mudar a atual economia e dar uma alma à economia do amanhã, segundo a mensagem publicada pela Sala de Imprensa da Santa Fé, em 11/05/2019 (tradução de Luisa Rabolini), reproduzida no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br).

Dialoga com a ideia do Bem Viver<sup>7</sup>, que coloca em questão a ideia de Des-Envolvimento, e transita lado a lado com as iniciativas da Economia Popular Solidária<sup>8</sup>. Cada uma destas articulações está imbricada com as outras na perspectiva da construção de um Novo Projeto de Desenvolvimento, de um Mundo Novo.

### **POR UMA ESTRATÉGIA SOLIDÁRIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL**

As formas de inserção e de exclusão dos diversos atores e principalmente da agricultura familiar em relação ao mercado e à sociedade, é muito complexa e determinada pelo contexto de desenvolvimento regional desigual e combinado, bem como pelas contradições da divisão territorial do trabalho.

Temos de ter presente que o Brasil não é homogêneo e uniforme. É preciso ressaltar que as dinâmicas de desenvolvimento, historicamente, foram traçadas segundo processos centralizados e antidemocráticos, sem a participação popular, e sem considerar a equidade social, a democracia política e a justiça social e ambiental.

Um conjunto de organizações sindicais, desde 1980, ensaia uma nova estratégia de desenvolvimento que valoriza a importância dos elementos endógenos (locais e regionais) do desenvolvimento, reafirmando as capacidades locais, identificando novas potencialidades e dinamizando as formas organizativas do tecido social (associações, cooperativas, grupos informais, grupos de mulheres). À época, tinha-se presente que caberia às organizações da sociedade civil um papel ativo, propositivo e afirmativo, na promoção de uma articulação das forças sociais interessadas na implementação de uma proposta de gestão participativa do desenvolvimento. Para que tal ocorresse, era necessário o fortalecimento das instâncias de participação política e da ampliação dos espaços de construção da cidadania, como conselhos, fóruns, com vistas à elaboração de políticas públicas efetivas.

<sup>7</sup>A sociedade do Bem Viver orienta a construção de um mundo e de uma sociedade nova. O Movimento Nacional de Fé e Política tem debatido profundamente esta ideia.

<sup>8</sup>Estratégia dos setores populares, para assegurar a sobrevivência e suavizar as severas condições de vida, a partir de um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar. Contempla o trabalho coletivo e a autogestão. Para ver mais consultar Bez, A. C. e Carneiro, G. Economia Popular Solidária: Que Mundo Estamos Construindo?, Curitiba: Cefuria, 2004.

Na ocasião, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT)<sup>9</sup>, que mais tarde amplia sua ação para todas as regiões do Brasil, sendo criada a Fetraf Brasil/CUT, já apontava as características intrínsecas deste projeto de desenvolvimento, que tinha por objetivo o fortalecimento dos empreendimentos econômicos, que garantisse a produção de novas tecnologias, que viabilizasse novos empregos capazes de gerar renda. Mas, para além disso, que distribuísse riquezas, poder, que ampliasse a cidadania política, consolidasse espaços de participação da sociedade civil, melhorasse a qualidade de vida e de trabalho, estruturasse laços de solidariedade e cooperação, promovesse a justiça e a igualdade de oportunidades, modificasse as bases das relações sociais, preservasse a diversidade cultural dos povos tradicionais e garantisse a sustentabilidade dos recursos naturais.

Neste contexto, e com diversas outras propostas neste mesmo sentido, outras estratégias específicas de atuação políticas, diferentes bandeiras de lutas, de ideologias não necessariamente coincidentes, convergiram para uma pauta de apoio às formas associativas de trabalho e à organização comunitária (IPEA, 2016).

Durante as últimas décadas do século XX e as duas primeiras do século XXI, surgem novas bandeiras de lutas que ampliam a pauta sindical que era organizada em torno do mundo do trabalho, incluindo, na pauta das organizações e dos movimentos sociais, questões ambientais, étnicas, de identidade, de raça e de gênero.

Desta forma, os movimentos sociais vão mudando a sua cara e o jeito de se manifestarem. Mas uma característica permanece: velhos ou novos, são movimentos antiglobalização, anticapitalismo e antineoliberalismo.

## **RUMO À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

Desta feita, persiste a luta de camponeses, indígenas, negros, mulheres, jovens, dentre outros grupos e organizações coletivas, em busca de uma nova sociedade, igualitária, democrática, sustentável, capaz de atender aos interesses e às necessidades de todos e todas no campo e na cidade.

Dado o processo crescente de exclusão social, ao qual estavam submetidos esses sujeitos e grupos sociais, a economia solidária, enquanto forma de organização social, econômica e política, emerge como uma alternativa à geração de renda e emancipação social das famílias e

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes acessar o Caderno “Agricultura Familiar, Desenvolvimento e o Novo Sindicalismo: Da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil”, Fetraf-Sul/CUT, março de 2002.

sujeitos participantes dos empreendimentos econômicos solidários. São clubes de troca, grupos de consumo coletivos, associações de produtores, pescadores e artesãos, cooperativas de crédito, bancos populares, bancos comunitários, microcréditos solidários, entre outras formas de organização socioeconômica, cultural e política.

Para o IPEA (2016), Economia Solidária é um conceito que aglutina uma miríade de iniciativas econômicas populares, seja no campo, seja na cidade, que possui o trabalho coletivo e a ‘autogestão’ como elementos centrais de identidade do comum, isto é uma unidade em meio à diversidade (IPEA, 2016, p.7).

Segundo o IPEA (2016), nos novos dados do “mapeamento da economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socio estruturais dos empreendimentos”<sup>10</sup>, que ocorreu entre os anos de 2009 e 2013, foram identificados 19.708 empreendimentos de economia solidária, em 2.713 municípios brasileiros, envolvendo 1.423.631 pessoas. Deste total, 11.869 (60,2%) empreendimentos de economia solidária são novos, e 7.839 (39,8%), são revisitados de acordo com a tabela abaixo (Tabela 1).

**Tabela 1.** Empreendimentos de economia solidária por regiões geográficas, divididos em empreendimentos novos e empreendimentos revisitados

<b>Região</b>	<b>Novos</b>	<b>Revisitados</b>
<b>Centro-Oeste</b>	1.235	786
<b>Norte</b>	2.269	858
<b>Sudeste</b>	2.217	1.011
<b>Sul</b>	1.639	1.653
<b>Nordeste</b>	4.509	3.531
<b>Total Brasil</b>	11.869	7.839

Fonte: IPEA, 2016 - Elaboração: própria

De acordo com o IPEA (2016) evidenciou-se que a maior parte dos empreendimentos estão localizados na região Nordeste (40,8%) e estão divididos em associações (totalizando 60% do total dos empreendimentos), cooperativas (8,8%), grupos informais (30,5%) e sociedades mercantis (menos de 1%). No comparativo com o mapeamento anterior, a única forma que obteve aumento, de lá para cá, foram as associações. E estas estão localizadas, em mais da metade, na região Nordeste (74,2% do total de associações). Muitas dessas relacionadas

<sup>10</sup> O objetivo do mapeamento foi de identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil, fortalecer e integrar a produção em rede, promover o comércio justo e o consumo ético, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas, e dar maior visibilidade à economia solidária (IPEA, 2016).

à economia solidária. As cooperativas estão em maior número no Sul do Brasil (34,8% do total de cooperativas mapeadas no País), muito vinculadas ao movimento sindical rural (Contag e Fetraf) e às cooperativas de crédito.

É pertinente destacar que as áreas de concentração dos estabelecimentos econômicos solidários coincidem com as porções do território nacional que apresentam maior representatividade da agricultura familiar, sejam elas as regiões Nordeste e Sul do país. Todavia é preciso frisar que estas são também áreas de expansão do agronegócio, o qual tem assumido complexas dinâmicas e feições na região Sul a partir da produção de grãos, com destaque para a soja, se intensificando nas últimas décadas em outras regiões, como é o caso do Nordeste, haja vista a produção de grãos de soja nos estados da Bahia e do Maranhão, cana-de-açúcar, sobretudo no estado de Alagoas, e a produção de frutas tropicais irrigadas em alguns subespaços regionais, a exemplo do Vale do Assú, no estado do Rio Grande do Norte, Vale do Jaguaribe no estado do Ceará e Vale do São Francisco nos estados de Pernambuco e Bahia (AZEVEDO, ALIÓ E SILVA, 2016, p.19).

Vale ressaltar que no Nordeste, estas mesmas áreas são também o palco para o novo vetor produtivo, a geração de energia eólica.

Neste mapeamento, o conjunto dos empreendimentos afirma que os maiores problemas para a sua efetividade estão na comercialização (61,7%), como a falta de capital de giro, infraestrutura adequada e o elevado custo do transporte, além da concorrência dos agentes intermediários, conhecidos nas localidades como os atravessadores.

Além desses, são apontados problemas estruturais como a burocracia para a formalização do empreendimento, a necessidade de maior assessoramento técnico, a ausência de estratégias para a comercialização dos produtos e serviços, e a dificuldade de acesso ao crédito e financiamentos.

Mesmo com todos estes entraves, a economia solidária (AZEVEDO, ALIÓ E SILVA, 2016) é composta por um expressivo número de associações, com os mais diversos saberes e fins, tendo se constituído em uma forma alternativa de organização dos trabalhadores, com base na autogestão democrática e participativa, com descentralização do poder, com igualdade de direitos e deveres, sendo sua produção e comercialização realizadas através de um mercado justo.

Pode parecer simples, mas este conjunto de diretrizes pode em longo prazo desencadear transformações significativas na forma como os homens simples que vivem os tempos lentos se relacionam com os demais sujeitos e grupos sociais, podendo levá-los paulatinamente a uma reflexão sobre a forma como se inserem nas dinâmicas do sistema mundo, a partir da realidade de seus lugares (AZEVEDO, ALIÓ E SILVA, 2016, p.18)

Como conclusão, vale destacar que, em grande parte, a economia solidária carrega uma gama de potencialidades. Trata-se de uma prática que acontece localizadamente, da/na forma de resistência ao modo de produção vigente, que pode constituir-se no embrião de um caminho emancipatório com possibilidade de articular um projeto de sociedade de superação do capitalismo ou ao menos das contradições mais perversas que esse apresenta e impõe.

No entanto, há uma tensão entre a dimensão utópica e a realidade frágil dos empreendimentos e do movimento de economia solidária. Segundo Adams (2010), é sempre útil perguntar se a organização e a prática do trabalho, nos empreendimentos, contemplam elementos da autogestão no seu cotidiano. Se sim, quais? Igualmente importante é se perguntar em que medida ocorre investimento no processo formativo entre os associados do empreendimento, seja na prática de trabalho, seja em momentos específicos, ou no processo de organização, gestão e comercialização? Qual a relação que os associados estabelecem entre a experiência do seu processo e a postura crítica em relação aos pilares que sustentam o capitalismo (a competitividade, a produção para o lucro e a mercantilização da vida, entre outros)? Qual o nível de envolvimento (individual e coletivo) dos associados nos processos de mobilizações e lutas mais amplas? E como esse envolvimento verifica-se na interação entre os objetivos ético-políticos e técnico-produtivos do empreendimento e a tensão que estes causam? Entre outros aspectos, são alguns parâmetros para efetivar a ação dos grupos e contribuir para aproximar a utopia, da realidade cotidiana dos empreendimentos e seus processos.

Esses questionamentos e a atenção a eles são de fundamental importância para garantir o fortalecimento dos grupos, cujas fragilidades têm contribuído para a geração de conflitos e para o desmonte das associações e das conquistas ainda por vir, quando na verdade deveria ocorrer exatamente o inverso. Ou seja, os grupos sociais, associações, iniciativas coletivas deveriam ser fortalecidas, apoiadas, assessoradas e empoderadas, na agricultura familiar, na pesca, no artesanato, no turismo, no vetor de geração de energia eólica, entre outros.

No caso específico do vetor eólico, em vez da valorização das empresas globais no processo de produção, distribuição e comercialização da eletricidade, antes, deveriam ser fomentadas formas de organização associativas, com valorização do potencial humano, socioeconômico, cultural e ambiental local.

A riqueza gerada pela economia dos ventos deveria, antes de qualquer coisa, gerar benefícios via-de-regra e, sobretudo, para os territórios produtores, comunidades e municípios



que historicamente vêm sendo negligenciados no processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Ou seja, indubitavelmente iniciativas econômicas pautadas nos princípios e valores do movimento das economias sociais e solidárias trariam muito mais benefícios e impactos positivos sobre as comunidades e territórios atingidos, tais como equidade, justiça social, desenvolvimento e cidadania.

Os empreendimentos econômicos solidários se constituem numa alternativa fortemente viável ao modelo de produção, distribuição e comercialização da eletricidade proveniente de fontes renováveis, apesar da carência de fomento, reconhecimento e valorização por parte do poder público, a exemplo do que vem ocorrendo nos vetores eólicos e solar fotovoltaico. O modelo vigente atualmente é fortemente marcado por interesses e forças exógenas aos territórios, logo, pelo poder hegemônico do capital mundializado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, o processo de desenvolvimento econômico em curso no Brasil nas últimas décadas é resultante das contradições entre o desejo da inclusão social e os interesses das forças de mercado. Nota-se que as poucas vezes em que a atuação do Estado se moveu para o lado dos mais pobres foi mérito das lutas sociais históricas destes para se tornarem visíveis. Essa configuração faz-se evidente, particularmente no mundo rural, a partir de suas organizações e movimentos territoriais.

Nesse momento histórico, isto é, no limiar do século XXI, tomando como referência o modelo de desenvolvimento econômico, observa-se que a instalação marcante e galopante de parques eólicos no nordeste brasileiro incide, como um microcosmo e síntese de um debate maior entre uma lógica endógena e outra exógena.

Os parques eólicos impactam os territórios tradicionais apresentando-se como vetor de desenvolvimento ‘limpo’ e promotor de geração de riqueza e renda. O discurso inovador esconde, entretanto, contradições de um Brasil refém da lógica perversa dos interesses do mercado, avesso às dinâmicas locais, as quais mesmo desenvolvendo diversas iniciativas, com experiências exitosas rumo a uma transição ambiental, energética solidária e popular, mesmo assim permanecem sucumbidas e ignoradas por parte do Estado.

Nessa nova estratégia política de fomento ao desenvolvimento econômico, não são levadas em conta a organização local, as experiências associativas, muitas delas inspiradas nos princípios da economia popular solidária.

Dessa forma, o novo torna-se velho por não dialogar com as comunidades locais e, pior ainda, desagregar os territórios e comunidades, tanto socialmente quanto ambiental e economicamente, o que induz a uma reflexão mais profunda sobre o que estamos chamando de “energia limpa” e renovável, já que as formas de espacialização e controle levados a cabo pelos agentes envolvidos apresentam em sua essência tais características e ações.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: Mediações pedagógicas do trabalho associativo**. Aparecida. SP: Ideias e Letras, 2010.

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA PELA ECONOMIA DE FRANCISCO. **Carta de Clara e Francisco (revista e ampliada)**. Direto o Brasil para o Encontro Mundial em Assis. São Paulo, 2020. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br), sobre Economia de Francisco, acesso em 08 de fevereiro de 2020.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Entre utopias e realidades, conquistas e desafios das políticas sociais recentes no Brasil (Fim do século XX e início do século XXI). **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**, Universitat de Barcelona, 2016. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/FFransualdoAzevedo.pdf>

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; Alió, Maria Àngels; Silva, Rafael Pereira da. Espacialidade da economia solidária no Brasil. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de enero de 2016, Vol. XXI, nº 1.148. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1148.pdf>>. [ISSN 1138-9796].

BEZ, A.C. e CARNEIRO, G. **Economia Solidária que mundo estamos construindo?** Curitiba: CEFURIA (Caderno 5 da Série “História Social do Trabalho”), 2004.

BRANDÃO, C.A. **Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na Escala Nacional do Brasil**. Geografia e conjuntura brasileira. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

ESCOLA SUL DA CUT. **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Solidária** – módulo 9 – Caderno do Aluno – Projeto Terra Solidária, s/data.

FETRAF-SUL/CUT. **Agricultura Familiar, Desenvolvimento e o Novo Sindicalismo: Da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil** (Biblioteca do Deser). Curitiba/PR, 2002.

HOFSTAETTER, Moema. **Energia Eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte**. 2012. Dissertação (Estudos Urbanos e Regionais), CCHLA, UFRN, Natal.

HOFSTAETTER, Moema. **Turismo e parques eólicos no litoral norte potiguar: Espaços de valorização do capital e do aprofundamento das vulnerabilidades**. 2021. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal, Brasil, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mapeamento da economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: Ipea, 2016.

SANSON, Cesar. **Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial**. 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.175 p.

SILVA, Vicente de Paulo da. **(Des)conexão entre grandes empreendimentos, educação e mudança de paradigma: a chave para uma sociedade melhor**. Geografia e conjuntura brasileira. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SILVEIRA, Tércio L. N. **Organizações de Associações: versão brasileira do Manual de Gestão Prática de Fernand Vincent**. RJ. ASPTA, 1992.

SOUZA, Ana Inês. **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária: história social do trabalho** / Ana Inês Souza organizadora. Curitiba : L. F. Editora: CEFURIA, 2012. 136 p. (Metodologia e sistematização de experiências populares coletivas; v. 4).

*Recebido em 13 de agosto de 2021*

*Aprovado em 09 de dezembro de 2021*

*Publicado em 07 de fevereiro de 2022*